



GEDES

Grupo de Estudos de
Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 44/2019

Período: 30/11/2019 - 06/12/2019

GEDES – UNESP

- 1- Marinha pretende finalizar o grupo de trabalho para a contenção do vazamento de óleo no nordeste do litoral brasileiro
- 2- Reforma previdenciária dos militares foi aprovada
- 3- Ministério da Defesa foi excluído de corte de verbas em 2020

1- Marinha pretende finalizar o grupo de trabalho para a contenção do vazamento de óleo no nordeste do litoral brasileiro

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, em nota, o governo federal brasileiro declarou que o avanço da mancha de óleo na costa brasileira foi contido e a operação da Marinha do Brasil se encerrará a partir do dia 20 de dezembro de 2019, quando a frota deve iniciar o retorno ao estado do Rio de Janeiro. As operações devem ser continuadas por equipes locais. Segundo o jornal, o vazamento de óleo atingiu 11 estados do Nordeste e Sudeste do Brasil. De acordo com o jornal, desde o início da crise ambiental 4,7 mil toneladas de óleo foram recolhidas em praias do litoral brasileiro. Em entrevista à imprensa, o coordenador operacional do grupo de monitoramento da crise ambiental, almirante Marcelo Francisco Campos, declarou que a situação foi estabilizada e que a maior parte das praias atingidas está limpa, além da quantidade de combustível ser cada vez menor no litoral do Brasil. Ademais, segundo a *Folha*, em nota divulgada pela Marinha, a justificativa para a finalização do grupo de trabalho foi a observação das quantidades decrescentes de resíduos de óleo nas praias brasileiras, além da baixa quantidade de material que atingiu a região Sudeste e o comportamento de correntes na superfície e na subsuperfície marítima. A Marinha colabora com a Polícia Federal nas investigações para elucidar o crime ambiental. (*Folha de S. Paulo – Ambiente – 30/11/2019*)

2- Reforma previdenciária dos militares foi aprovada

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, foi aprovado no Senado o Projeto de Lei (PL) nº 1645/2019, para a reestruturação de carreira e reforma previdenciária dos militares, que deverá seguir para a sanção do presidente da República, Jair Bolsonaro. Policiais militares e bombeiros estaduais foram incluídos no mesmo projeto. Segundo a *Folha*, um fator decisivo para que a votação ocorresse foi o envio, pelo governo, de um projeto com alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Entre as medidas previstas na proposta de reestruturação e reforma estão a criação do

Adicional de Compensação de Disponibilidade Militar, referente à "disponibilidade permanente e à dedicação exclusiva", que caracterizam a carreira, além de reajustes anuais até o ano de 2023. De acordo com o *Correio*, esse adicional privilegia oficiais, em detrimento de integrantes em patentes mais baixas da hierarquia das instituições militares. O texto trata ainda de incrementos na remuneração de Adicional de Habilitação, gratificações de representação, auxílio-transporte e ajudas de custo. Outras medidas incluem o aumento do tempo mínimo de serviço para a aposentadoria, de 30 para 35 anos, e um "pedágio" menor sobre o tempo restante necessário para a aposentadoria. A alíquota de contribuição de ativos, inativos e pensionistas deve ser reajustada, totalizando até 14% das remunerações. A reestruturação das carreiras militares deve custar 86,65 bilhões, enquanto a economia prevista com a reforma previdenciária é de R\$ 97,3 bilhões. Conforme o *Correio*, o Ministério da Economia prevê uma economia real de R\$ 10,4 bilhões para os cofres da União em uma década com o projeto. (*Correio Braziliense – Economia – 05/12/19; Folha de S. Paulo – Mercado – 05/12/19*)

3- Ministério da Defesa foi excluído de corte de verbas em 2020

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, "blindou" despesas ligadas aos ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia de bloqueios de verba para o ano de 2020. Ao todo, o presidente garantiu R\$ 7,2 bilhões em despesas ligadas aos dois ministérios, que incluem a compra de aeronaves e de veículos blindados, e a construção de submarinos. Segundo *O Estado*, a "blindagem" atende uma solicitação da ala militar, uma das bases de sustentação do governo Bolsonaro. De acordo com o periódico, comandantes das três forças queixaram-se dos cortes realizados no orçamento durante o ano de 2019. O Ministério da Defesa afirmou que a proteção de seus recursos contribui para a produção científica do Brasil em áreas militares. O assessor da Defesa para Assuntos Orçamentários, general André Bastos Silva, afirmou que a decisão de Bolsonaro "não quer dizer que o governo esteja dando uma prioridade (ao Ministério da Defesa). O orçamento que é destinado aos programas estratégicos está muito aquém das necessidades. Isso tem levado a aumentar cronogramas de entrega. Há projetos que só vão terminar em 2040, criando risco de obsolescência dos equipamentos". (*O Estado de S. Paulo – Política – 06/12/2019*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Cristiano Manhães (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); David Succi Junior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista Fapesp); Débora Maria dos Reis Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isabela de Oliveira Guariza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Karina Hikari Thotusi (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Larissa Barroso Cangerana (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Pontes Vinhó (Redator, graduando em Relações Internacionais); Renata Carol Cancian Mallmann (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victória Balmat Silva Neto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).